

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita vai fiscalizar bets, ganhos com Airbnb e uso de prejuízo fiscal.....3

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Pedidos para reembolso de desconto indevido do INSS já passam de 4 milhões..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova PEC que atrasa inclusão de precatórios na meta..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Nova PEC dos precatórios é aprovada.....7

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO
SERVIDOR PÚBLICO

IMIGRAÇÃO: O INIMIGO SOMOS NÓS - MARTHA BATALHA..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Proposta para reforma administrativa está pronta, diz relator.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Diversificação de modais é essencial para ganho de eficiência..... 11

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que as motos ficaram de fora da isenção de IPI do governo federal? Entenda.....13

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão da Câmara vota hoje aumento da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil..... 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planejamento tributário é tarefa para agora, não para o fim do ano..... 17

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com receitas em alta, governo eleva também a renúncia fiscal..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco cobrou R\$ 234,8 bi em autuações em 2024.....19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ESPORTES
ECONOMIA

Avanço com peso de ouro.....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Setor produtivo pede mais prazo e cautela para rever tarifa dos EUA..... 21

Quarta-Feira, 16 de Julho de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Para FGV Ibre, nova base do PIB pode ficar com dados defasados.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova em dois turnos PEC que trata dos precatórios municipais.....24

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

PIB anima China, mas demanda preocupa.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA
ECONOMIA

IA, ambiente e apetite privado são destaques.....28

Receita vai fiscalizar bets, ganhos com Airbnb e uso de prejuízo fiscal

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** incluiu em seus esforços de fiscalização para este ano as empresas de apostas de quota fixa (bets), operações em plataformas digitais - como Airbnb - e o uso indevido de prejuízo fiscal. Esses são alguns dos temas apontados como prioritários no Relatório Anual de Fiscalização, publicado na semana passada. São considerados relevantes pelo órgão devido ao impacto na arrecadação federal e ao risco de fraude.

Além desses temas, também estão entre as prioridades o desenvolvimento dos novos documentos fiscais para a **reforma tributária** do consumo e a calculadora dos novos **tributos**. A lista ainda inclui a continuidade da execução do Programa Cooperativo de Conformidade Fiscal (Confia), a adoção do e-Social para os entes públicos, o acompanhamento da adequação das empresas às novas regras de subvenção para investimento, a adesão indevida ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a autorregularização da Lei do Bem (nº 11.196, de 2005) de incentivo à inovação tecnológica.

No caso das bets, é a primeira vez que essas casas de apostas aparecem entre os temas prioritários. O objetivo é garantir que elas atuem em conformidade com o mercado regulado de apostas, que entrou

em vigor neste ano. Também serão fiscalizadas as empresas que atuam à margem da lei. Um grupo de trabalho formado por integrantes da **Receita Federal** e da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda foi criado no começo do ano para avaliar e propor ações voltadas à regularidade do setor.

"Receita indica que pode haver uso de prejuízo fiscal fictício"

Thais Shingai

Em relação a operações em plataformas digitais, a Receita detalhou quais itens entraram na mira. Entre eles, aluguéis de imóveis por temporada em plataformas como o Airbnb e a venda de produtos em marketplaces. Manuais de orientação sobre tributação de rendimentos de aluguéis por temporada obtidos por pessoas físicas, por meio de plataformas digitais, e por

pessoas físicas e jurídicas nas vendas realizadas em marketplaces serão publicados pelo órgão.

A Receita também fará ações para os contribuintes se autorregularizarem, ou seja, uma oportunidade para quem não informou os lucros com aluguel de imóveis por tempo-

rada ficar em dia com o Fisco. Além disso, as reuniões com representantes do setor continuarão, uma agenda que começou em 2024 e já resultou no envio de dados à Receita, por parte do Airbnb, de proprietários que alugaram acomodações por meio da plataforma entre 2020 e 2024. A empresa também orientou os anfitriões a informar os ganhos na declaração de Imposto de Renda.

Subsecretária de Fiscalização da **Receita Federal**, Andréa Costa Chaves afirmou ao Valor que, neste ano, o órgão continuará investindo em orientação, com priorização de medidas de autorregularização e publicação de manuais. "Nós continuaremos investindo em facilitação e assistência, antes de um controle coercitivo. Isso não vai mudar neste ano, vamos continuar investindo nisso", disse.

Outra prioridade do Fisco este ano será o combate ao uso indevido de prejuízos fiscais do Imposto de Renda (IRPJ) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL). Segundo o relatório, contribuintes têm apresentado valores acima do que poderiam ser efetivamente usados para o abatimento de **tributos** devidos ou pagamento de acordos de transação tributária e parcelamentos especiais - o que diminui a arrecadação federal. De acordo com o órgão, serão adotadas medidas coercitivas de fiscalização contra empresas que apresentam indícios de

geração fictícia desses documentos.

Segundo a advogada Thais Shingai, sócia do escritório Mann-rich e Vasconcelos Advogados, existem muitas legislações hoje permitindo uso de prejuízo fiscal para pagar débito, por meio, por exemplo, de transações, e com isso essa base de créditos passou a chamar a atenção do órgão. "Vira um ponto de atenção para as empresas que poderão ter seus prejuízos fiscais escrutinados pela **Receita Federal**", afirma.

A advogada cliz que, com a prioridade, além da Receita indicar que pode haver contribuinte usando prejuízos fiscais fictícios, a medida também pode encontrar situações de aproveitamento de prejuízo em desacordo com as situações que o órgão considera cabíveis.

A indicação das subvenções para investimento, aponta Thais, dá sequência às ações da Receita sobre esse benefício. Em setembro de 2024, o órgão já tinha divulgado um **comunicado** no site no mesmo sentido. Na publicação, a Subsecretária

de Fiscalização da Receita aponta que, "com o intuito de orientar os contribuintes para a conformidade por meio da autorregularização fiscal" indica alguns dos principais tipos de exclusões indevidas a título de subvenção para investimentos identificadas e que, na análise dos auditores fiscais, não encontram amparo jurídico na legislação fiscal ou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Já há fiscalização e ruído no mercado com o entendimento, segundo a advogada. "A Receita considera que créditos presumidos de ICMS ficam submetidos à nova legislação [nº 14.789, editada em 2023, após decisão desfavorável no STJ] e as empresas entendem que não, seguem o posicionamento do STJ" afirma.

A tributarista Andréa Feitosa, sócia do escritório Martorelli Advogados, destaca, em relação ao relatório, o aprimoramento no sistema de comunicação com o contribuinte, ao prever a criação de manuais de orientação de diversos temas. "Essa é uma prática que a **Receita Federal**

não usava tanto. Alguns Fiscos estaduais usam muito", diz.

A comunicação é positiva mas Andréa pondera que pode haver a criação de "normas coercitivas" que considera inadequadas por meio de manual. "Não pode ter punição para o contribuinte que não seguir o manual de orientação", afirma. A advogada destaca que um dos manuais será endereçado a subvenções para investimentos e outro para o uso de prejuízo fiscal, que foi intensificado pelas transações tributárias.

Em nota, o Airbnb informa que tem um histórico de trabalho com governos de todo o mundo para estabelecer e compartilhar boas práticas que contribuam para melhorar o ambiente tributário e de negócios. A plataforma informa que paga todos os **tributos** devidos no país e que os anfitriões são responsáveis por recolher **impostos** incidentes sobre suas operações, considerando especificidades de suas estruturas.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Receita vai fiscalizar bets, ganhos com Airbnb e uso de prejuízo fiscal

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250716/>

Pedidos para reembolso de desconto indevido do INSS já passam de 4 milhões

Conta em Dia | Ana Vinhas *Opens in new window*

O número de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que contestaram descontos não autorizados em seus benefícios, entre março de 2020 e março de 2025, já passa de 4 milhões. Já as adesões ao acordo de ressarcimento chegam a 339 mil até agora.

O pagamento começará em 24 de julho, com depósitos diários para 100 mil pessoas a cada dia, diretamente na conta do beneficiário. Quem já assinou o acordo receberá nos três primeiros dias úteis da operação.

Desde o dia 14 de maio, quando o **INSS** começou a receber os pedidos de reembolso, até esta terça-feira (15), já foram registrados 4.028.216 beneficiários, que não reconheceram os descontos, o que representa 97,4% do total de 4.134.043 pedidos abertos.

Além de contestar o desconto de associações, os beneficiários precisam também aderir ao acordo de ressarcimento, por meio do Meu **INSS** ou presencialmente, pelas agências dos Correios. O telefone 135 não faz adesão, apenas a contestação.

Os canais de atendimento para consulta e contestação dos descontos feitos pelas entidades ficarão disponíveis até, pelo menos, 14 de novembro de 2025.

A adesão pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS** ou presencialmente nas agências dos Correios em todo o país (veja passo a passo abaixo).

Nos casos em que houve resposta das entidades, os documentos ainda estão em análise e, por isso, o beneficiário ainda não tem a opção de aderir ao acordo.

Ele será notificado e poderá, pelo aplicativo Meu **INSS** ou em uma agência dos Correios, aceitar os documentos, contestar por suspeita de falsidade ideológica/indução ao erro ou dizer que não reconhece a assinatura.

Se houver contestação, a entidade será intimada a devolver os valores em até cinco dias úteis e o caso vai passar por uma auditoria.

Quando não houver a devolução, os aposentados e pensionistas serão orientados sobre as medidas judiciais cabíveis, com apoio jurídico em parceria com as Defensorias Públicas dos Estados.

O pagamento do reembolso vai começar no dia 24 de julho, com novos lotes diários até que todos os casos sejam concluídos.

O valor será pago em parcela única, automaticamente na conta onde você já recebe seu benefício previdenciário.

O calendário de liberação do reembolso seguirá a ordem cronológica da adesão ao acordo, ou seja, aqueles que aderirem primeiro ao acordo vão receber primeiro.

Os valores serão corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a **inflação** oficial do país, desde a data do desconto até a inclusão na folha de pagamento.

? Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7, o portal de notícias da Record, no WhatsApp

Site: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/pedidos-para-reembolso-de-desconto-indevido-do-inss-ja-passam-de-4-milhoes-16072025/>

Câmara aprova PEC que atrasa inclusão de precatórios na meta

A Câmara dos Deputados aprovou ontem em dois turnos a proposta de emenda constitucional (PEC) que permite ao governo retirar gastos com precatórios (dívidas judiciais da União) do limite de despesas do arcabouço fiscal a partir de 2026. A medida prevê que essas despesas voltarão a ser computadas na meta fiscal em 2027 com elevação de 10% ao ano - o que pode retardar em dez anos a incorporação total desses gastos no resultado das contas públicas. O texto agora segue para o Senado.

A iniciativa dá saída a uma incerteza em relação ao Orçamento de 2027, já que decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2023 previa que todo o pagamento deveria ser inserido na contabilidade oficial em 2027 - hoje, parte é paga dentro das regras fiscais e parte fica fora.

Como se trata de uma despesa estimada em cerca de R\$ 125 bilhões pelo governo, especialistas em contas públicas avaliavam que ela acabaria comprimindo outros gastos.

A relatoria da PEC 66, como foi numerada, foi entregue ao deputado Baleia Rossi (MDB-SP), presidente do partido da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, responsável pela elaboração da peça orçamentária.

Além da velocidade mais lenta para a incorporação dos precatórios federais, a PEC também institui limite para o pagamento de precatórios pelos municípios e abre novo prazo de parcelamento de débitos das cidades com seus regimes próprios de **Previdência Social** e com o Regime Geral de **Previdência Social**.
I MARIANA CARNEIRO e G.N.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova PEC dos precatórios é aprovada

» ROSANA HESSEL » ISRAEL MEDEIROS
» DANANDRAROCHA

O plenário da Câmara aprovou, ontem, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece novas regras para o pagamento de precatórios (dívidas judiciais) de estados e municípios, a PEC 66/2023. A medida parcela o pagamento das dívidas pre-videnciárias de estados e municípios e ainda retira a despesa com precatórios do limite de despesas do arcabouço fiscal. Com isso, abre espaço fiscal para os entes regionais, a exemplo do que aconteceu com a União, em 2021, quando a PEC dos precatórios foi aprovada, dando calote em parte dos precatório, permitindo ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) zerar o rombo fiscal em 2022.

A PEC 66/2023 ainda precisa ser aprovada no Senado Federal e, apesar do apoio entre governistas e oposição à matéria, especialistas alertam que a medida beneficia gestores que não fazem ajustes nas despesas de forma geral. Além disso, conforme estimativas do econo-mista-chefe da XP Investimentos, Fernando Genta, as medidas propostas pelos deputados na PEC armam uma "bomba fiscal" que pode chegar a R\$ 1 trilhão até 2035.

A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, ressaltou ainda que, além de adiar o pagamento de precatórios, a PEC cria uma espécie de Pro-pag - programa de refinanciamento das dívidas dos estados com a União - para os municípios e em prazo maior.

"A renegociação das dívidas dos municípios com a União em até 360 meses com as mesmas condições do Propag e mudança do indexador. Esse é um Propag dos municípios" destacou Selene Nunes. Ela lembrou que o adiamento no pagamento dos precatórios dos municípios tende deteriorar as contas públicas dos entes federativos e da União a partir de 2027. "A "bomba fiscal" foi criada quando se considerou que precatórios não seriam despesas primárias. Estão, voltando atrás, em parte, mas o cálculo não retroage e deram um jeito de compensar em 2026" acrescentou a economista.

Procurado pelo Correio, o Ministério da Fazenda não comentou o assunto, que vai na contramão do discurso do ministro Fernando Ha-ddad de que o governo está comprometido com o equilíbrio fiscal.

Arnaldo Lima, relações institucionais da Polo Capital,

também fez um alerta sobre os impactos futuros dessa PEC. "A medida compromete os fundamentos do pacto intergeracional que sustenta o regime de repartição simples, no qual os trabalhadores ativos financiam os inativos", disse. Segundo ele, ao permitir que entes federativos permaneçam inertes diante de defi-cits crescentes, "joga-se uma conta pesada para as gerações futuras, agravada pelo envelhecimento populacional acelerado, fenômeno que o Brasil enfrenta na mesma velocidade que o Japão experimentou nas últimas décadas".

Transição

No relatório apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), está previsto um mecanismo de transição para que a União incorpore o estoque de precatórios à meta fiscal dentro de um prazo de 10 anos, a partir de 2027. Outra medida é o limite de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) para o pagamento de precatórios por estados e municípios, que pode variar de 1% a 5% da RCL, a depender do nível de endividamento. A porcentagem pode subir gradualmente em 0,5% a cada 10 anos. A proposta também permite aos municípios a renegociação de dívidas com a União em até

30 anos e altera a correção monetária dos precatórios, atualmente medida apenas pela taxa básica da economia (Selic), atualmente em 15% ao ano. A correção, agora, pode ser feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 2% ao ano ou pela taxa Selic, a depender do que for mais vantajoso para a União.

Originária do Senado, a PEC 66/2023 previa, inicialmente, a reprogramação nos prazos do parcelamento de débitos dos governos regionais com benefícios previdenciários de servidores e de trabalhadores da iniciativa privada. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que articulou a matéria no Congresso, o impacto da PEC no orçamento dos municípios pode chegar a R\$ 800 bilhões.

O texto foi alterado pelos deputados e aprovado em uma comissão especial, no início da tarde de ontem, em uma sessão que contou com a presença do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB). A proposta foi incluída na pauta do plenário no mesmo dia, após o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), apresentar requerimento para quebra de interstício - que ignora o prazo regimental.

[90/16-07-2025.html?all=1](https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/75)

Para Baleia Rossi, o projeto é a pauta municipalista "mais importante da atual Legislatura". "Nós vamos entregar uma PEC que vai melhorar a vida do cidadão, porque, quando a gente disponibiliza mais recursos para que os prefeitos possam investir nas políticas públicas, ao final, vamos conseguir fazer justiça" disse. "Nosso objetivo, em todas as matérias que a gente discute, mas principalmente as municipais, é fazer com que o cidadão tenha a melhor qualidade de vida em cada uma das mais de cinco mil cidades do nosso país", acrescentou.

Críticas

A PEC 66/2023 foi aprovada sob críticas apenas de deputados do Novo e do PSol. O deputado Chico Alencar (PSol-RJ) lembrou que os precatórios são dívidas e que já há precedente de declaração de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Para o parlamentar, na prática, o que o texto faz é legitimar o calote como ocorreu no governo Bolsonaro. "O que essa PEC - com o escopo generoso de se preocupar com a realidade financeira atuarial dos municípios - traz é, na verdade, a legitimação do calote. Oferece um alívio fiscal imediato aos municípios, mas gera efeitos preocupantes sobre a sustentabilidade da previdência, especialmente para os regimes próprios dos servidores públicos", afirmou.

Diversas entidades que representam sindicatos de servidores estaduais e municipais criticaram a proposta, que apelidaram de "nova PEC do calote", ao longo da última semana. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, enviou uma nota técnica para a comissão especial da Câmara elencando os principais problemas da proposta. Segundo a entidade, um novo regime viola direitos e garantias dos credores de precatórios, medida que já foi considerada inconstitucional pelo STF.

O advogado Guilherme Stum-pf, especialista em direito administrativo do Escritório Weber Advogados, também criticou a PEC e a considerou inconstitucional, como a PEC do governo anterior. "O Congresso está aprovando um incentivo que é extremamente perverso para os gestores que tentam equilibrar as contas públicas. Quem é um bom gestor acaba sendo desestimulado a continuar respeitando a LRF" disse. "O desenho que isso passa é terrível, porque dá a impressão de que quem faz tudo certo não tem benefício, e quem faz tudo errado acaba sendo beneficiado", lamentou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/75>

IMIGRAÇÃO: O INIMIGO SOMOS NÓS - MARTHA BATALHA

MARTHA BATALHA

Li o depoimento da empresária brasileira em Newark publicado pelo GLOBO no domingo. Ela conta que ali, onde se encontra uma das maiores comunidades brasileiras nos EUA, as pessoas estão desaparecendo. Fala sobre o marido de uma funcionária, detido após cair numa armadilha: recebeu a mensagem de uma ONG marcando um encontro para tratar da cidadania. Quando chegou, deparou-se com agentes da imigração. Ele foi preso, submetido a maus-tratos e será deportado.

As pessoas estão apavoradas, diz a empresária. Com gente sendo pega nas ruas apenas por

serem "fisicamente parecidas com a ideia que eles (têm) do que é um brasileiro". "Parte substancial da comunidade brasileira em Newark apoiou Trump", ela conta. "Tínhamos fé de que só seriam levadas de nosso convívio pessoas com problemas sérios na Justiça. Era o que a propaganda republicana nos garantia."

A ingenuidade da afirmação é chocante. Revela a crença de que um homem acusado de estupro e racismo, envolvido em fraudes, falência e sonegação, réu em 91 processos criminais e impichado duas vezes, que este homem voltaria ao poder para subitamente se

preocupar com imigrantes. Algo como: queridos, vocês que trabalham ficam, os moços malvados se vão. E Trump o moço malvado. Sempre foi, e não precisou desenhar para as pessoas entenderem. Precisou que gente idônea e trabalhadora desaparecesse, que famílias se partissem, que dezenas de milhares de funcionários públicos perdessem os empregos, que as instituições parassem de funcionar por conta das demissões, que projetos sociais e ambientais acabassem.

Desde o início o discurso de Trump foi de divisão. Pela lógica, os imigrantes são os inimigos e é preciso proteger o povo americano da invasão. O que a "parte substancial" dos brasileiros

que votou em Trump não entendeu é que, aos olhos desse governo, eles são mais parecidos com os outros do que com americanos. Eu, a empresária brasileira, o

mexicano catando tomates, a chinesa se formando na universidade nos tornamos o inimigo. Esse é um governo de poucos e para poucos. A

ironia e tragédia é que não foram estes poucos a eleger Trump, mas a maioria heterogênea americana e, como parte dela, os latinos. Eles votaram por um projeto de governo que os exclui ou que os trata como cidadãos de segunda classe.

No momento, mais de 57 mil imigrantes estão presos. Destes, 71,7% não têm histórico criminal. O Congresso americano acabou de aprovar US\$ 170 bilhões para reforços de defesa contra imigrantes. Nos próximos anos, qualquer um poderá ser abduzido por não se parecer com o que o governo percebe como "americano". É a estratégia de um governo covarde e corrupto: condenar aleatoriamente os mais fracos, enriquecer os mais fortes.

Termino com as reflexões de outra escritora que há 80 anos encontrava-se tão aflita como eu. Em maio de 1945, logo após a morte de Mussolini, a italiana Elsa Morante escreveu o seguinte em seu diário:

"Os crimes de Mussolini foram tolerados e mesmo incentivados e aplaudidos. Uma pessoa que tolera os crimes de seu líder se torna cúmplice desses crimes. Se incentiva e aplaude se torna... uma instigadora desses crimes. A maioria da população italiana sabia que estes atos eram criminosos? Quase sempre sim, mas os italianos preferem dar seu voto para quem é forte em vez de dar para quem é justo."

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Proposta para reforma administrativa está pronta, diz relator

Gabriela Guido e Beatriz Roscoe De Brasília

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que é coordenador do grupo de trabalho da reforma administrativa, apresentou um primeiro relatório do colegiado sobre o tema ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republica nos-PB), e a líderes da Casa e na tarde de terça-feira (15). Segundo ele, os anteprojeto estão prontos, mas serão divulgados somente depois do recesso legislativo.

Pedro Paulo declarou que a decisão conjunta, sugerida pelo presidente da Câmara, é de apresentar essas propostas quando elas estiverem mais maduros politicamente. "É infantil imaginar que esses projetos vão ser uma unanimidade entre todos os partidos políticos, mas estamos construindo um texto possível de ser aprovado", explicou.

Como já havia afirmado anteriormente, o deputado disse que os textos, compostos por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar (PLP) e um projeto de lei ordinária (PL), serão apresentados e discutidos com cada bancada e partido político da Câmara.

Ele espera que esses projetos, que reúnem 66 medidas, sejam protocolados em agosto e que, já no início do próximo semestre, sejam aprovados pela Câmara. "Eles não foram protocolados ainda porque acreditamos que nesse processo será feita uma maior discussão com as bancadas e com o Poder Executivo", disse o parlamentar do PSD.

Paralelamente, será feito um diálogo com o Senado para que, quando a reforma for aprovada pelos deputados, ela tramite mais facilmente na outra Casa.

Nesse âmbito de discussão com o governo, Pedro Paulo afirmou que, a todo momento, houve a colaboração do Ministério da Gestão e Inovação, incluindo da ministra Esther Dweck, para a elaboração das medidas. Uma dessas contribuições está na adoção, pela reforma, de "quase a totalidade" das normativas da pasta que tratam sobre teletrabalho.

As propostas não abarcarão medidas de ajuste fiscal e, muito, menos, a discussão do "tamanho do Estado", mas incluirão medidas orçamentárias. "Eu sou um

defensor do ajuste fiscal, mas na reforma administrativa não vamos colocar", declarou Pedro Paulo.

Uma das possibilidades que estão sendo estudadas é a inclusão, no Orçamento, de um anexo de revisão de gastos, já discutido no projeto de lei de finanças públicas que tramita no Congresso.

O que também não foi incluído neste momento nos anteprojeto já elaborados são as questões dos supersalários do poder público e dos privilégios do Judiciário. O deputado afirmou que o grupo de trabalho fez estudos e relatórios sobre esses temas, mas que ainda é necessária uma discussão maior com os líderes. A revisão das aposentadorias dos militares também foi descartada.

Alguns dos eixos da reforma devem ser gestão e governança e a transformação digital do sistema público. A questão da meri-tocracia deve ser incluída nestas propostas, com a realização de planejamentos estratégicos e a previsão de bônus para os **servidores públicos** que baterem as metas estipuladas.

A reforma administrativa deve ainda contemplar um cadastro nacional de contratação temporária, permitindo este modelo de trabalho por todos os entes federados. De acordo com o deputado está descartada a perda de direitos adquiridos, como a estabilidade, uma das principais preocupações de **servidores públicos**.

Na visão de Pedro Paulo, reformas administrativas não passaram pelo Congresso no passado por "vilanizarem" o servidor público. "Não há uma vírgula da PEC 32", disse o deputado, referindo-se à proposta de reforma administrativa de 2020 que não prosperou.

Outros pontos que devem aparecer na reforma é a criação de um concurso unificado, nos moldes do Concurso Público Nacional Unificado (CNU), para Estados e municípios e uma tabela nacional do serviço público, com os nomes de todos os **servidores públicos** do país. Esta última, embora tenha um prazo de transição de dez anos, de acordo com Pedro Paulo, deve contribuir para uma maior "transparência" e "unificação" do serviço público.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250716/>

Diversificação de modais é essencial para ganho de eficiência

Alessandra Saraiva e Sofia Aguiar *Do Rio e de Brasília*

Uma maior diversificação nos modais de transporte é fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira nos próximos anos. Reduzir a concentração no uso de rodovias pode estimular novos negócios e investimentos em outros sistemas de transporte. Há também potencial para acelerar a descarbonização no setor. A análise partiu de especialistas e executivos de entidades setoriais que participaram, na quarta-feira (9), do primeiro encontro da série de debates "Logística no Brasil", promovida pelo Valor, com oferecimento da Infra S. A. e do Ministério dos Transportes.

A maior parte de produtos e bens transportados no país ainda é por rodovia, disse Valter Luís de Souza, diretor de relações institucionais da Confederação Nacional do Transporte (CNT). O segmento rodoviário representa 65% da matriz de transportes no Brasil. "O setor empresarial tem que contemplar uma mudança de perfil de transporte", defendeu. E completou: "Não podemos [continuar] a concentrar carga no rodoviário." Uma alternativa, continuou o dirigente da CNT, seria investir mais no ramal ferroviário. Hoje esse modal representa entre 15% e 20% da matriz de transportes nacional, notou.

Um passo maior em direção a essa mudança poderia, inclusive, impulsionar a transição energética no setor de infraestrutura, acrescentou Souza: "Descarbonização [em transportes] é tirar carga de caminhão movido a diesel e levar para o trem, para outras modalidades [com menos emissões]", exemplificou.

No debate, o executivo da CNT defendeu ainda que o Plano Nacional de Logística (PNL), lançado ano passado pelo governo e que mira horizonte do setor até 2050, contemple essas questões. "É preciso [com o plano] que a multimodalidade funcione", disse. "A logística tem que ser um projeto do Estado", afirmou.

Jorge Bastos, presidente da Infra S.A., empresa federal vinculada ao Ministério dos Transportes, foi na mesma linha de Souza: "O PNL deve ser um plano de Estado e não de governo." disse.

Bastos destacou ainda importância de eventos, como o promovido pelo Valor, para que se possa tomar o

plano mais conhecido do empresariado. Debates sobre logística, continuou ele, são relevantes também para se colher sugestões, como as da CNT, do que se pode fazer para desenvolver mais a infraestrutura do país: "É fundamental que conversemos e que debatamos".

Somente assim, observou o executivo da Infra S.A., o governo federal pode identificar gargalos na infraestrutura e, dessa forma, prover soluções. Como é o caso da dependência do uso do modal rodoviário e a necessidade de se investir mais em ferrovias, por exemplo.

No caso do modal ferroviário, o setor ainda tem vários desafios a superar para ter condições de fortalecer, de forma eficiente, a logística brasileira, segundo Paulo Resende, diretor do núcleo de infraestrutura e logística da Fundação Dom Cabral.

No debate, Resende alertou para as dificuldades de se avançar mais rapidamente na construção de ferrovias no país. "Nos últimos anos, o mundo construiu 34 mil quilômetros de novas ferrovias que estão, nesse momento, operacionais", disse. "O Brasil construiu 855 quilômetros [de novas ferrovias] nos últimos anos", afirmou. "A densidade de ferrovias do país é baixíssima", disse.

Outra constatação feita por Resende, em relação às ferrovias, é a idade avançada dos vagões. De acordo com ele, 50% da frota atual de vagões tem mais de 30 anos. "E não temos capacidade de produção de vagões da maneira que precisamos; e todos nossos trilhos são importados."

Essa realidade contribuiu para que o valor dos ativos de infraestrutura caíssem de 22% para 12% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em dez anos, de acordo com o especialista da fundação.

O fortalecimento do setor ferroviário também seria vantajoso para permitir o escoamento mais ágil de produção agrícola no país, acrescentou Davi Barreto, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). "Enquanto o setor ferroviário cresce a 2% a 3% por ano, o agropecuário cresce a 5%, a 6%, a 7%", comentou. "Precisamos apostar mais em transportes de alta capacidade, como ferrovias e hidrovias", disse.

Barreto defendeu a união entre iniciativa privada e poder público como forma de alocar mais investimentos em outros modais, além do rodoviário.

Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), salientou, porém, que a melhoria da infraestrutura passa também por dirimir obstáculos aos negócios do próprio setor rodoviário.

Um deles é novo regramento da **reforma tributária** no que se refere ao reequilíbrio econômico e financeiro de contratos de concessão rodoviária, alertou. A nova legislação prevê revisão de contratos, com aplicação de nova metodologia. A ABCR tem cobrado celeridade e racionalidade na aplicação do reequilíbrio sob risco de descrédito institucional e perda de segurança jurídica, disse Barcelos.

Outro desafio do setor, citado por Barcelos, foi a possível taxação de debêntures de infraestrutura, proposta pelo governo. Ele afirmou que "não se pode colocar 'quebra mola na pista do aeroporto' dos projetos que vão avançar". Segundo ele, já foi solicitado, pela ABCR ao governo, que não haja incidência da alíquota em contratos de emissões de títulos já firmados.

O primeiro encontro da série "Logística no Brasil", realizado em Brasília na quarta-feira (9), também tratou de outras áreas da infraestrutura. Uma delas foi a necessidade de mais estruturas de armazenagem de produção agrícola.

Ocorre que o ritmo de crescimento da produção agrícola demanda maior capacidade de estocagem, ponderou Elisangela Pereira Lopes, assessora técnica de logística e infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Lopes lembrou o patamar recorde da safra de grãos do Brasil, de 336 milhões de toneladas. "E só conseguimos armazenar 123 milhões de toneladas. Ou seja, 63%", informou. "Isso incorre em custos logísticos altíssimos." Sem capacidade de armazenamento suficiente, explicou, agricultores são obrigados a escoar a produção no pico da safra. A assessora defendeu linhas de crédito, específicas e atrativas, para a construção de mais silos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250716/>

Por que as motos ficaram de fora da isenção de IPI do governo federal? Entenda

Por Vinicius Montoia, g1 - São Paulo

O governo federal anunciou, na quinta-feira (10), dois programas para reduzir os **impostos** de carros populares.

O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), regulamenta o programa Mover e cria o programa Carro Sustentável, que zera a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos compactos com alta eficiência energética-ambiental fabricados no Brasil.

As montadoras que operam no país, como Volkswagen, Renault, Hyundai e Stellantis, já começaram a divulgar a redução de preços para seus modelos mais acessíveis. Mas o benefício fiscal não contempla motocicletas.

O Mover tem o objetivo de incentivar pesquisa e desenvolvimento voltados à descarbonização da frota nacional, promovendo maior competitividade global, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Mas o programa é direcionado exclusivamente a veículos de passeio e comerciais. As motocicletas, por pertencerem a outra categoria, não estão contempladas no plano, conforme explicam representantes da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abraciclo).

O governo federal anunciou, na quinta-feira (10), dois programas para reduzir os **impostos** de carros populares.

O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), regulamenta o programa Mover e cria o programa Carro Sustentável, que zera a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos compactos com alta eficiência energética-ambiental fabricados no Brasil.

As montadoras que operam no país, como Volkswagen, Renault, Hyundai e Stellantis, já começaram a divulgar a redução de preços para seus modelos mais acessíveis. Mas o benefício fiscal não contempla motocicletas.

O Mover tem o objetivo de incentivar pesquisa e

desenvolvimento voltados à descarbonização da frota nacional, promovendo maior competitividade global, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Mas o programa é direcionado exclusivamente a veículos de passeio e comerciais. As motocicletas, por pertencerem a outra categoria, não estão contempladas no plano, conforme explicam representantes da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abraciclo).

Apesar da exclusão, a Abraciclo não considera a ausência no programa prejudicial ao setor. Por serem produzidas no Polo Industrial de Manaus (PIM), as motocicletas já contam com incentivos fiscais específicos.

Atualmente, 92% das motocicletas produzidas no Brasil são fabricadas no Polo Industrial de Manaus e chegam ao consumidor com isenção de IPI.

"A Abraciclo entende que há incompatibilidade entre o Mover e a Política Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM), que possui **legislação tributária** própria, além de regras ambientais e produtivas distintas", afirma a entidade.

A Honda, maior fabricante de motocicletas do país, reforça a posição da Abraciclo em nota: "Nossas motocicletas já são isentas desse imposto, portanto, nossos clientes já contam com esse benefício".

Segundo a Abraciclo, a isenção do IPI para motocicletas é garantida pela Constituição Federal e foi mantida pela **reforma tributária**, que preservou o modelo da Zona Franca de Manaus.

"Esse benefício não é para a indústria, mas para o consumidor final, que passa a ter acesso a um produto mais competitivo", destaca a associação.

O consultor automotivo Milad Kalume Neto acrescenta outro ponto à discussão: por terem menor valor agregado em comparação aos carros, as motocicletas exigiriam investimentos proporcionalmente mais altos para adaptações que reduzam ainda mais suas emissões.

"Uma moto popular de 150 cilindradas tem menos de

um quarto da capacidade de um carro 1.0 a combustão, que se enquadra nas novas regras de IPI zero. Ou seja, elas já poluem proporcionalmente menos", explica.

"O custo de alteração na engenharia das motos é muito alto em relação ao valor que elas agregam. Além disso, já existe isenção de IPI. Mas, sim, ainda faltam incentivos à inovação nesses modelos, o que é um erro."

A Abraciclo também ressalta que as fabricantes investem continuamente em pesquisa e desenvolvimento, oferecendo produtos com alto nível de qualidade e tecnologia. Além disso, contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da região e para a preservação ambiental.

"Tanto os projetos ambientais das empresas associadas quanto os empregos gerados ajudam a inibir o desmatamento da floresta", afirma a entidade.

LEIA MAIS

Shineray Iron 250 ou Royal Enfield Meteor 350: qual é a melhor moto custom de entrada? Fiat, Volkswagen e Renault divulgam descontos do IPI Verde; veja preços dos carros Brasil emplaca 1 milhão de motos no 1º semestre, com a Honda CG como mais vendida; veja a lista

Site:

<https://g1.globo.com/carros/motos/noticia/2025/07/16/por-que-as-motos-ficaram-de-fora-da-isencao-de-ipi-do-governo-federal-entenda.ghtml>

Comissão da Câmara vota hoje aumento da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil vota nesta quarta-feira o parecer do deputado e ex-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ele manteve a maior parte do texto proposto pelo governo, incluindo a cobrança mínima de 10% para quem ganha a partir de R\$ 1,2 milhão ao ano, e ainda ampliou a faixa de renda beneficiada para até R\$ 7.350.

A expectativa é que o projeto chegue ao plenário em agosto. Hoje, está isento do pagamento de IR quem recebe até R\$ 3.036, o equivalente a dois salários mínimos este ano.

Na prática, a pessoa que ganha até R\$ 5 mil não pagará mais IR. Quem recebe entre esse valor e R\$ 7.350 também será beneficiado, mas em um nível menor. Antes o projeto previa benefício apenas para quem ganhava até R\$ 7 mil. Lira disse que a ampliação da faixa beneficiada pode atingir até 500 mil pessoas.

No projeto original, a renúncia seria de R\$ 25,8 bilhões ao ano. A alíquota de 10% vai gerar R\$ 34 bilhões de arrecadação ao ano. No novo formato, com a ampliação da faixa beneficiada, a renúncia anual poderá chegar a R\$ 31,7 bilhões, contando a perda de estados e municípios.

A sobra de arrecadação, de aproximadamente R\$ 3 bilhões ao ano, será direcionada ao fundo que irá equilibrar os cofres públicos durante a transição da **Reforma Tributária**, que irá criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil é a principal pauta da agenda legislativa do Palácio do Planalto este ano. O objetivo é de que a novidade comece a valer em 2026, ano eleitoral.

O relatório de Lira também lista as rendas que poderão ser reduzidas da base de cálculo do imposto mínimo, como rendimento de LCA, LCI, CRA, CRI e FII e Fiagro.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de->

*renda/noticia/2025/07/16/comissao-da-camara-vota- hoje-
aumento-da-isencao-do-imposto-de-renda-para-quem-
ganha-ate-r-5-mil.ghml*

Planejamento tributário é tarefa para agora, não para o fim do ano

A partir de agosto, escritórios contábeis precisam intensificar a revisão fiscal dos clientes para evitar surpresas no fechamento de dezembro. O alerta é de Hygor Lima, especialista em gestão de processos e fundador da consultoria Potencialize Resultados, que acompanha mais de 400 escritórios em todo o país. Segundo ele, deixar o planejamento tributário para os últimos meses do ano é uma das falhas mais comuns, e custosas, cometidas por profissionais da contabilidade.

"Empresas que iniciam esse processo apenas em novembro ou dezembro acabam perdendo oportunidades de economia por falta de tempo hábil para reestruturação", afirma Hygor. "O ideal é aproveitar o segundo semestre para fazer simulações, reenquadrar empresas, ajustar categorias fiscais e reavaliar as despesas dedutíveis. Assim, é possível antecipar o impacto tributário e evitar prejuízos."

A orientação do especialista se ancora em dados do setor. Segundo estudo da própria Potencialize Resultados, cerca de 62% dos escritórios realizam o planejamento tributário apenas no quarto trimestre do ano. Com isso, menos de 40% conseguem aplicar correções operacionais e jurídicas que poderiam reduzir a carga fiscal ou evitar autuações.

"O principal erro está em tratar o planejamento tributário como uma obrigação pontual, quando, na verdade, ele deve ser um processo contínuo. Escritórios bem organizados acompanham os dados dos clientes mês a mês, monitoram os indicadores e antecipam riscos com base em simulações reais", explica Hygor.

Para estruturar esse acompanhamento, é preciso ter um processo em que se tenha um fluxo específico para planejamento tributário, integrando rotinas contábeis, acompanhamento de metas fiscais e checagem de enquadramentos. "Essa padronização de processos permite autonomia das equipes. Com isso, o escritório deixa de operar em modo emergencial e passa a trabalhar de forma preventiva. Isso garante ao contador mais segurança técnica e ao cliente, mais previsibilidade nos resultados financeiros", destaca.

Além da parte técnica, Hygor destaca o papel estratégico do contador neste segundo semestre. A

aprovação de novas regras para o MEI, o cerco da **Receita Federal** ao Simples Nacional e a transição para o modelo do IVA Dual, previsto na **reforma tributária**, exigem um novo olhar sobre os **tributos**.

"O contador que quiser ser relevante em 2025 precisa antecipar essas movimentações. O planejamento tributário precisa deixar de ser uma tarefa de dezembro e virar uma rotina de agosto. O tempo de apenas apagar incêndios ficou para trás. O novo papel da contabilidade é atuar com inteligência de dados, planejamento antecipado e foco na economia real para o cliente", finaliza Hygor.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/planejamento-tributario-e-tarefa-para-agora-nao-para-o-fim-do-ano,cd4579eca583417aa6fb8108a3cf4513jd9271me.html>

Com receitas em alta, governo eleva também a renúncia fiscal

GABRIEL FERREIRA BORGES

Líder do governo na Assembleia sugere futuro "corte linear" nos benefícios

Com previsão de R\$ 25,2 bilhões em renúncias fiscais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 proposta pelo governador Romeu Zema (Novo) foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O volume corresponde a 21,34% da receita corrente líquida estimada pelo próprio governo para o próximo ano.

As renúncias são isenções ou benefícios fiscais dados pelo estado a determinados setores econômicos. A política de incentivo leva o governo Zema a abrir mão de receitas com os **impostos** sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD).

O aumento das renúncias previsto entre 2025 e 2026 é apenas 1 p.p. percentual menor do que o crescimento da receita corrente líquida durante o mesmo período. Enquanto os benefícios devem crescer 11,27% em relação a este ano, quando devem ficar em R\$ 22,6 bilhões, a receita corrente líquida deve aumentar 12,28%.

O aumento nominal de R\$ 2,5 bilhões ocorre em meio a um congelamento de R\$ 1,1 bilhão do Orçamento de 2025. Em vigor desde o último mês de abril, o contingenciamento foi atribuído pelo governo Zema à "previsão de queda na arrecadação estadual, decorrente do cenário previsto de recessão e **inflação** descontrolada", em crítica velada ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente da Assembleia, Tadeu Leite (MDB), o Tadeuzinho, criticou o volume das renúncias. "Eu, particularmente, sou a favor das renúncias, mas não sei se precisávamos de tantas renúncias como nós temos, por exemplo, no estado. Nós subimos, nos últimos anos, de R\$ 5 bilhões para R\$ 22 bilhões", disse Tadeuzinho.

exagero na dose. O líder da minoria na Assembleia, Cristiano Silveira (PT), frisou que o governo Zema está abrindo mão de R\$ 1 a cada R\$ 5 arrecadados. "Não quer dizer que somos contra benefícios fiscais, mas o

que é o benefício? Ele é um remédio que adotamos em momentos que determinado setor estratégico da economia passa por alguma dificuldade. Não pode ser um remédio permanente", criticou o petista.

Líder do governo Zema, João Magalhães (MDB) apontou que as renúncias não foram criadas pelo governador, mas sugeriu que o Palácio Tiradentes faça um corte linear. "Acho que a gente pode, na mesma linha do governo federal, buscar uma alternativa e fazer um corte linear. Acho que isso é viável, mas vamos esperar o segundo semestre para a Assembleia sentar com o governo e discutir", pontuou.

Além dos R\$ 25,2 bilhões, fruto de isenções e benefícios fiscais já existentes, o governo Zema propõe a criação de pouco mais de R\$ 150 milhões em novas renúncias fiscais para 2026 apenas de ICMS. O aumento é de 400% em relação às novas isenções programadas para este ano, que, entre ICMS e IPVA, foram de R\$ 30 milhões.

Tanto a criação quanto o aumento das renúncias vão de encontro às regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O programa, cuja adesão do Estado foi homologada em agosto de 2024, exige que 20% dos "incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais dos quais decorram renúncias de receitas" sejam reduzidos nos três primeiros anos do RRF.

A reportagem de O TEMPO questionou ao governo Zema se o aumento das renúncias não fere o RRF, mas não havia obtido retorno até o fechamento desta edição.

"O que é o benefício? É um remédio que adotamos em momentos que determinado setor da economia passa por alguma dificuldade. Não pode ser um remédio permanente."

Cristiano Silveira Líder da oposição

"Acho que a gente pode buscar uma alternativa e fazer um corte linear (nas renúncias fiscais). Acho que isso é viável, mas vamos esperar o segundo semestre para a Assembleia sentar com o governo e discutir."

João Magalhães líder do governo

Site: <https://www.otempo.com.br/jornal-digital>

Fisco cobrou R\$ 234,8 bi em autuações em 2024

Beatriz Olivon e Jéssica San TAna De Brasília

A **Receita Federal** autuou os contribuintes em R\$ 234,8 bilhões no ano de 2024, por descumprimento deliberadamente obrigações tributárias. O valor representa uma alta nominal de 4,1 % em relação aos lançamentos de 2023.

Os dados constam no Relatório Anual de Fiscalização, publicado pelo órgão na semana passada.

Dos R\$ 234,8 bilhões, R\$ 207,3 bilhões foram de autuações geradas após fiscalizações feitas em empresas. Com pessoas físicas, foi constituído um total de R\$ 7,7 bilhões em créditos tributários. O restante do valor vem dos lançamentos de multa c "malha fina".

Ainda de acordo com os dados da **Receita Federal**, 9,8% das autuações executadas no ano passado foram pagas ou parceladas até dezembro de 2024, o que equivale a 2,4% do crédito tributário constituído no período.

Para Andreia Chaves, subsecretária de Fiscalização da **Receita Federal**, o pequeno crescimento das autuações fiscais no ano passado demonstra o caráter mais orientador que o órgão vem adotando nos últimos anos.

"Têm [esses números] relação com todo o esforço que a gente tem feito nas ações de facilitação, que é antes do contribuinte entregar a declaração, para evitar ao máximo que ele cometa alguma infração", afirmou Andréa. Para isso, a Receita vem investindo em declarações pré-preenchidas, manuais, comunicados aos contribuintes e ações de autorregularização e de orientação sobre a forma correta de recolhimento dos **tributos**.

Em 2024, por exemplo, a Receita enviou comunicados com informações fiscais para 298 mil produtores rurais pessoas físicas. A ação resultou na redução de 28,8% no número de contribuintes omissos de declaração, além da melhora na qualidade das informações declaradas.

Também foi realizado no ano passado o acompanhamento de 8,4 mil empresas classificadas como maiores contribuintes, que respondiam por 56%

da arrecadação administrada pela **Receita Federal**. O resultado das ações de assistência gerou R\$

45,8 bilhões em créditos tributários constituídos por meio de autorregularização.

Para este ano, a **Receita Federal** continuará investindo em especialização, segundo destacou Andréa. Está nos planos do órgão abrir novas delegacias, de abrangência nacional, para maiores contribuintes, uma unidade que cuide das áreas de controle especial (setores de bebidas alcoólicas, biodiesel, cigarros e papel alumínio) e duas unidades de malha fiscal (malha fina) da pessoa física.

A Medida Provisória (MP) nº

1.303, de 2025, afirmou Andréa, é fundamental para a consolidação dessas novas unidades, porque alterou a estrutura de pessoal da Receita. "Elas são relevantes para que a administração tributária possa realmente prestar esses serviços", disse. Uma alteração no regimento interno do Fisco ainda será publicada para que as novas unidades possam ser inauguradas.

De acordo com Diana Piatti Lobo, sócia do Machado Meyer Advogados, a divulgação do Relatório Anual de Fiscalização é uma iniciativa bastante positiva que a Receita vem adotando. Ela revela, diz a tributarista, um esforço do órgão na transparência das atividades, além de ser um instrumento importante para estimular a conformidade fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250716/>

Avanço com peso de ouro

VICTOR PARRINI

Mais um importante passo foi dado para tornar a Lei de Incentivo ao Esporte permanente. Em Sessão Plenária Extraordinária, a Câmara dos Deputados aprovou o texto que atualiza o principal mecanismo de financiamento no alto rendimento e de projetos sociais e da iniciação. Agora, a proposta passará por análise do Senado.

Em meio ao grande apoio de atletas, ex-competidores, treinadores, gestores e parlamentares ligados ao esporte, o texto foi aprovado por unanimidade na Câmara, com 471 votos. Atualmente, a Lei de Incentivo ao Esporte está ligada à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, portanto, precisa ser renovada a cada cinco anos. A próxima extensão está prevista para 2027.

Além da perpetuidade do dispositivo, está previsto a ampliação do limite de dedução de Imposto de Renda 2% para 3% de pessoas jurídicas.

Um dos argumentos para a modificação na Lei de Incentivo ao Esporte era o risco de extinção, por se tratar de um benefício fiscal. A LDO prevê o fim de todos os proveitos fiscais quando a arrecadação do Governo Federal é inferior aos gastos.

O projeto aprovado mantém as regras atuais sobre prestação de contas, restrições aos doadores e patrocinadores, responsabilidades, divulgação dos dados, infrações e definição de limites pelo Ministério do Esporte. Empresas e pessoas físicas podem deduzir do Imposto de Renda doações e patrocínios realizados para projetos desportivos.

Segunda a Câmara, desde a criação da LIE, em 2006, R\$ 6,3 bilhões foram captados. No ano passado, a LIE teve arrecadação recorde, de R\$ 1 bilhão, beneficiou mais de 15 milhões de brasileiros com projetos de saúde, inclusão e cidadania. A indústria esportiva gerou, em 2023, aproximadamente R\$ 183,4 bilhões, equivalente a 1,69% do **PIB** nacional.

Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Marco Antônio La Porta celebrou o novo avanço da proposta. "O projeto que transforma a Lei de Incentivo ao Esporte em permanente mostra a força do esporte, capaz de unir todos em prol de um Brasil melhor. E muito me orgulhou ver o Movimento Olímpico lotando o plenário", comemorou.

Presidente-executiva da organização Atletas pelo Brasil, Ana Moser destaca a proteção a projetos.

"Ao se tornar permanente, ela traz segurança jurídica e financeira ao setor social do esporte, fortalecendo as organizações que levam o esporte a territórios onde ele ainda não chega.

Isso é cidadania, é inclusão social. Serão mais crianças e jovens atendidos", a medalhista olímpica de bronze em Atlanta-1996 com a Seleção de vôlei.

Em junho, organizações vinculadas ao esporte, atletas e ex-atletas enviaram ofício ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; ao ministro do Esporte, André Fufuca; ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; e a líderes partidários na Casa e membros da Comissão Especial.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7590/16-07-2025.html?all=1>

Setor produtivo pede mais prazo e cautela para rever tarifa dos EUA

O governo federal passou o dia ontem em reuniões com empresários e representantes da indústria e do agronegócio para tentar encontrar uma resposta conjunta para a ameaça do presidente americano Donald Trump de impor uma tarifa de importação de 50% sobre produtos brasileiros. O número de pessoas presentes às duas reuniões comandadas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin pode dar uma ideia de como esse tema preocupa os empresários: foram quase 40 representantes de diversos setores, do presidente da Fiesp, Josué Gomes, ao presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, passando pelas associações de produtores de café, laranja e dos exportadores de carne.

O que ficou claro nas conversas é que o Brasil não tem saída a não ser tentar negociar. Alckmin, também ministro da Indústria e Comércio, afirmou que o governo ainda busca flexibilizar o prazo determinado pelo governo dos Estados Unidos, de 1.º de agosto, para taxar as exportações brasileiras. "O prazo é exíguo, mas vamos trabalhar para dar o máximo nesse prazo", disse após a primeira reunião com representantes do setor produtivo, pela manhã.

A proposta do empresariado é que o governo trabalhe para conseguir pelo menos mais 90 dias de discussão. De acordo com o vice-presidente, os empresários brasileiros farão parte da tentativa de pressão por maior prazo. Mas, segundo ele, a ideia é procurar resolver tudo até o dia 31 de julho.

"Então, o governo vai trabalhar para tentar resolver e avançar nesse trabalho nos próximos dias", disse, à tarde.

No entanto, está claro também que não será fácil para o governo convencer Trump a voltar atrás com argumentos convencionais.

Os Estados Unidos são superavitários em sua relação comercial com o Brasil - ou seja, vendem mais do que compram.

Além disso, o presidente americano já deixou explícito que esse movimento de retaliação não é comercial, mas político.

Quando anunciou a tarifa de 50%, na semana passada, Trump relacionou a taxa ao julgamento

do ex-presidente Jair Bolsonaro no STF, que classificou como "caça às bruxas".

Ontem, em entrevista do lado de fora da Casa Branca, voltou a defendê-lo. "Ele não é um homem desonesto." Sobre o motivo de a taxa brasileira ser a maior até agora anunciada, ele reagiu com seu estilo imperial. "(Taxei) Porque eu posso fazer isso." Trump usa as tarifas como um instrumento de pressão para que o julgamento de Bolsonaro seja encerrado, sem punição.

O governo brasileiro não cogita nenhuma ação nesse sentido - nem poderia, já que seria uma intromissão do Poder Executivo no Poder Judiciário.

I LUIZ ARAÚJO, GIORDANNA NEVES, FLÁVIA SAID, ISADORA DUARTE, PATRICIA LARA, PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO E BIANCA GOMES

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para FGV Ibre, nova base do PIB pode ficar com dados defasados

Anais Fernandes e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) avança até 2027 com uma ampla agenda de revisão de indicadores socioeconômicos do país, como as Contas Nacionais, que são a base para o Produto Interno Bruto (**PIB**). Apesar dos desafios, o instituto deveria se esforçar para incorporar nessa revisão dados mais atualizados do consumo das famílias e da agropecuária, sob o risco de os indicadores já nascerem velhos. É o que defendem os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) Bráulio Borges, Cláudio Considera, Francisco Pessoa Faria e Roberto Olinto em conversa com o Valor.

As Contas Nacionais retratam fenômenos econômicos essenciais de um país, como o consumo de bens e serviços e a geração, distribuição e uso da renda. O **PIB**, soma dos bens e serviços produzidos, é seu principal agregado, mas há outros importantes, como a Renda Nacional Disponível Bruta e a poupança bruta, além de indicadores como a taxa de investimento.

Os pesquisadores do FGV Ibre têm a avaliação de que não seria ideal divulgar a revisão das Contas Nacionais em meados de 2026, em meio à eleição presidencial. Eles lembram que as duas últimas grandes revisões foram publicadas em 2007 e 2015, logo em seguida a eleições. Naqueles momentos, recordam, o **PIB** aumentou no nível em 11 % e 5,5%, pela ordem, e as taxas de crescimento em volume também foram revistas para cima.

"Esses saltos costumam acontecer em revisões porque se capta melhor, ou se capta pela primeira vez, alguns novos setores, que tendem a ser mais dinâmicos", escreve Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, na carta do mês da instituição, antecipada ao Valor. Ele cita como exemplos atuais os serviços de streaming, as vendas online e as plataformas de apostas ("bets"). "Embora não seja certo que o nível do **PIB** ou seu ritmo de crescimento aumentem com a revisão prevista para ser anunciada em 2026, isso é algo que não pode ser descartado e que poderia provocar ruído caso seja publicada antes das eleições", diz Schymura.

Questionado, o IBGE afirma que não há data definida para a divulgação das novas Contas Nacionais, mas

que será depois da eleição, no último trimestre de 2026 ou, mais provavelmente, no primeiro trimestre de 2027. "Não é recomendável que a revisão de dados econômicos ocorra em meio ao processo eleitoral. Desde o início do planejamento prevíamos a divulgação da revisão até seis meses antes ou somente após as eleições", informa o IBGE em nota ao Valor. O instituto também diz que o cronograma teve que ser ajustado "em função da diminuição da equipe de Contas Nacionais desde que o planejamento do processo de revisão foi feito, em 2022".

O IBGE programa para meados de 2026 a mudança para o Sistema de Contas Nacionais (SCN) Referência 2021, no lugar do SCN Referência 2010, que entrou em vigor em 2015. A mudança integra um conjunto de revisões em importantes estatísticas. Já foram publicadas, em 2024, novas projeções populacionais para o país até 2070, a partir do Censo Demográfico de 2022. Desde novembro está em campo a coleta para nova edição da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), cujos primeiros resultados devem sair em meados de 2026. Atualmente, o IBGE usa dados da POF coletados entre 2017 e 2018.

Na avaliação dos pesquisadores do FGV Ibre, esse espaçamento entre as POFs é muito elevado para os bons padrões internacionais. "Em países desenvolvidos, elas são feitas a cada dois, três anos. Não se demora tanto assim para fazer uma pesquisa que é crucial para estimar inflação, contas nacionais, entre outras coisas", diz Borges.

No passado, o IBGE fez um projeto para realizar uma POF anual, mas que ficou engavetado diante da restrição de orçamento que o instituto enfrenta há anos.

Em 31 de julho deste ano, o IBGE vai divulgar uma revisão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) desde 2012, início da atual série, incorporando novos fatores do Censo 2022. "As taxas, de desemprego, de participação, não devem mudar muito, mas os níveis das variáveis, sim", afirma Borges.

Há ainda a previsão de que o IBGE realize um novo Censo Agropecuário em 2026, para substituir o de 2017. Por fim, está prevista para janeiro de 2027 a

atualização da estrutura e ponderação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **inflação** oficial do país, e do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a partir das informações da futura POF 2024/2025.

Na mudança para o SCN 2021, ocorrerá a troca do ano-base de 2010 para 2021. Borges observa que 2021 pode não ser um bom ano para a nova base do **PIB**, porque foi um período ainda muito impactado pela pandemia, que provocou "anomalias econômicas". O setor de "outros serviços" - que engloba boa parte dos serviços às famílias e sofreu duramente com o isolamento social -, por exemplo, mal havia iniciado sua recuperação, nota Borges.

Segundo o pesquisador, no Brasil, o ano de referência das Contas Nacionais tem coincidido com o do Censo, que, em sua última edição, aconteceu em 2022, ano que corresponderia a uma nova base mais adequada do que 2021. Roberto Olinto, que também é ex-presidente do IBGE, pondera, no entanto, que, a essa altura, seria complicado mudar a base para a próxima atualização do **PIB**.

Um dos pontos mais sensíveis é a inclusão da POF de 2017/2018, que o SCN 2021 está programado para incorporar no lugar da POF 2008/2009. Os pesquisadores do FGV Ibre concordam que a próxima revisão das Contas Nacionais deveria já incluir a POF 2024/2025, que ficará pronta ao longo de 2026. "Vamos ter uma POF nova em folha e vamos ignorar. Pelo menos, é isso que o IBGE indicou na nota técnica de 2023", diz Borges.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, ressalta que o padrão de consumo das famílias é "completamente diferente" do pré-pandemia e que um **PIB** novo sem essa mudança será "muito ruim".

"A planejada incorporação da POF 2017/2018 alimentará as Contas Nacionais com padrões de consumo já bastante defasados. Além da velocidade natural das mudanças tecnológicas que afetam o consumo, a pandemia provocou profundas alterações de hábitos", observa Schymura na carta. O número de pessoas que usam a internet na zona rural do Brasil, por exemplo, saltou de 33,9% em 2016 para 76,6% em 2023, destaca.

A mudança também foi grande na forma como as pessoas consomem bens, com o aumento das compras online, o uso maciço das plataformas de streaming e a explosão das "bets", que, segundo estimativas recentes do Banco Central, já movimentam cerca de R\$ 30 bilhões por mês, observa Borges. Na POF 2017/2018, diz, esses serviços mal apareciam ou eram inexistentes. "Se o IBGE efetivamente incorporar

a POF 2017/2018 nas novas Contas Nacionais, não vai conseguir captar adequadamente itens de consumo que são centrais na vida contemporânea da população", escreve Schymura.

Além disso, os pesquisadores dizem que seria ideal incorporar o Censo Agropecuário previsto para 2026, e não o de 2016/2017, que o SCN 2021 planeja usar. "É um setor que tem grande importância na economia brasileira, representa 7% do valor adicionado, 25% se considerar o agronegócio como um todo", diz Borges. Hoje, a referência é o Censo Agro de 2005/2006. "A gente usa um fator de mesalização da colheita feito em 2006, quando praticamente não tinha segunda safra de milho. Hoje, a safrinha virou a safrona. Provavelmente, a sazonalidade que olhamos está prejudicada", acrescenta Francisco Pessoa.

Eles reconhecem, no entanto, que, também neste caso, o "ti-ming" é complexo. Com custo estimado da ordem de R\$ 700 milhões, o Censo Agro enfrenta problemas de financiamento. Se de fato for feito em 2026, os dados só ficariam prontos em 2027. "Mais um motivo para não publicar a revisão das Contas Nacionais no ano que vem. Lâlvz fosse interessante adiar para 2027", diz Borges.

Em nota, o IBGE disse que "as Contas Nacionais utilizam todos os dados disponíveis até o momento de sua preparação". "É normal que no processo de revisão algumas fontes de dados também sofram alterações e o processo é acompanhado pelos técnicos", afirma. "Novos dados são incorporados ao Sistema de Contas quando se tornam disponíveis e isso pode resultar em revisões de resultados já publicados", acrescenta.

Por fim, o SCN 2021 também incorporará novas recomendações do manual internacional "System of national accounts" (SNA) 2025 da ONU. No entanto, os pesquisadores do FGV Ibre ponderam que não há pressa para implementar todas essas mudanças, já que o processo deve durar anos, com meta da ONU para 2029/2030. Seria mais importante, segundo Borges, investir na atualização dos dados da POF, por exemplo.

"A sazonalidade [da colheita] que olhamos está prejudicada" Francisco Faria

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250716/>

Câmara aprova em dois turnos PEC que trata dos precatórios municipais

Beatriz Roscoe e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (15), a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata dos precatórios dos municípios. O relatório do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) também incluiu uma solução para os precatórios da União. O texto foi aprovado em dois turnos e segue agora para o Senado.

"Eu tenho certeza que a votação desta PEC vai ser um divisor de águas para que os municípios tenham recursos para investir nas políticas públicas de ponta, que interessam ao cidadão", disse Rossi. Ele também afirmou que as mudanças feitas na Câmara foram negociadas com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para que a proposta tenha rápida tramitação na outra Casa.

A solução em relação à União foi costurada com o Ministério do Planejamento e Orçamento para resolver o imbróglio dos precatórios. De acordo com o texto, os precatórios da União ficarão fora do limite de gastos a partir de 2026 e entrarão gradualmente na meta fiscal a partir de 2027.

A medida é necessária porque a autorização dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para pagar parte dessas despesas judiciais fora das regras fiscais acaba em 2026. Com isso, o governo precisaria enviar uma PEC ao Congresso propondo a reinclusão dos precatórios na meta - solução que foi antecipada por Rossi.

Pelo texto da PEC, a despesa total com precatórios e RPVs será gradualmente incorporada ao cálculo da meta de resultado primário, a partir de 2027, em no mínimo 10% ao ano.

Antes, o relatório admitia a exclusão do pagamento de juros e correção monetária de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) da meta fiscal, o que poderia abrir um espaço fiscal já em 2025. Conforme mostrou o Valor, o Planejamento era contra essa ideia de separar os encargos como despesa financeira, devido à dificuldade técnica e por ir contra padrões internacionais de contabilidade pública.

A proposta de incluir os precatórios de forma escalonada na meta a partir de 2027 era defendida

pela ministra Simone Tebet. Com as mudanças feitas na terça-feira no relatório, não haverá impacto neste ano e nem em 2026 na meta de primário, valendo a regra estabelecida pelo Supremo.

Contudo, ao permitir deixar 90% do total da despesa de precatórios e RPVs fora da meta em 2027, permite melhorar o resultado para fins de apuração da meta fiscal daqui a dois anos, sem qualquer esforço adicional, alerta a Warren. "Tal situação pode acomodar os gestores da política fiscal e adiar medidas que levem a um efetivo aprimoramento da situação das contas públicas", continua a Warren, que afirma que o ideal seria a incorporação gradual apenas do excedente na verificação da meta fiscal.

O relatório de Baleia Rossi excluiu todas as despesas da União com precatórios e RPVs do limite de gastos a partir de 2026, mas a medida não vai abrir espaço para novos gastos, porque o limite do próximo ano será recalculado.

Pela proposta, o limite de gastos de 2026 será igual o de 2025, menos o sublimite de precatórios corrigido por **inflação** mais o crescimento de 2,5% permitido pelo arcabouço fiscal.

Já outro trecho incluído no relatório incorpora no limite de gastos de 2026 um crédito suplementar de R\$ 12,4 bilhões abertos neste ano devido ao diferencial de **inflação**. Isso, segundo economistas, significa um espaço extra de R\$ 12,4 bilhões que será aberto no limite de gastos do próximo ano. É o ponto mais polêmico do relatório de Rossi. Consultores da Câmara, contudo, negam essa abertura de espaço fiscal.

Além disso, o relator mudou a forma de atualização dos precatórios da União, determinando que a atualização monetária será feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A compensação da mora será de juros simples de 2% ao ano. O relator incluiu ainda uma cláusula de limite que determina que, se a soma do IPCA + 2% superar a taxa Selic, prevalece a Selic como teto de correção.

Pelo lado contrário, o texto da PEC cria um limite progressivo para o pagamento dos precatórios dos municípios, ligado à Receita Corrente Líquida (RCL), que varia de 1% a 5% da RCL, dependendo do

tamanho do estoque da dívida. Além disso, o relator incluiu os Estados e o Distrito Federal, que também passam a seguir o sistema. O deputado eliminou o prazo final de 2029 para pagar os precatórios, deixando o regime especial valendo por tempo indeterminado. O texto permite que municípios façam acordos para antecipar pagamentos.

A proposta também possibilita que os municípios parcelam suas dívidas com os regimes próprios de aposentadoria (RPPS) e com o **INSS** (RGPS) em até 300 meses (25 anos). Para isso, o município precisa criar uma lei específica, participar do Programa de Regularidade Previdenciária e ajustar suas regras locais em até 15 meses. Também foram previstos mecanismos para punir gestores que não cumprirem esses acordos, garantindo que as dívidas sejam pagas de forma responsável e sustentável.

"Eu fiz questão de pedir essa relatoria, eu sei que o problema está nos municípios, eu sou municipalista e acredito que a solução também está nas prefeituras", disse o deputado do MDB.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) afirmou em nota que a proposta reúne medidas estruturantes para os municípios, com impacto estimado em até R\$ 800 bilhões.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250716/>

PIB anima China, mas demanda preocupa

O crescimento econômico da China superou as expectativas no segundo trimestre, mas uma desaceleração mais pronunciada é provável nos próximos meses, agravada pelos riscos ao comércio mundial e pela franca demanda do consumidor no mercado interno.

O **PIB** cresceu 5,2% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, após um crescimento de 5,4% no primeiro trimestre, segundo dados da Agência Nacional de Estatísticas. Isso se compara a uma previsão média de 5,1% dos analistas consultados pela Bloomberg.

A segunda maior economia do mundo tem se mantido bem até agora face as tarifas mais altas, graças à antecipação de embarques por parte de exportadores e à resiliência do comércio com outros mercados que não os Estados Unidos. Mas as pressões deflacionárias estão aumentando, com o crescimento das vendas no varejo ficando aquém das previsões e os preços das moradias caindo em um ritmo mais rápido em junho.

Analistas do Morgan Stanley preveem que o crescimento do **PIB** cairá para menos de 4,5% no segundo semestre, devido ao "efeito compensatório do adiamento de consumo, ao enfraquecimento do comércio mundial com a escalada tarifária e ao ciclo de deflação".

A produção industrial cresceu 6,8% em junho em relação ao mesmo período do ano passado, mais que a expansão prevista pelos economistas, de 5,6%. As vendas no varejo cresceram 4,8% no mês passado, menos que as projeções.

"É um quadro de oferta forte, mas demanda interna fraca, e a resiliência das exportações não vai durar", diz Michelle Lam, economista do Société Générale para a Grande China. "Não é um bom conjunto de dados, apesar de o **PIB** ter superado as expectativas." Economistas previam um recuo no crescimento das vendas no varejo em junho, depois de um forte aumento em maio, mas a queda foi muito maior que a prevista.

Em junho, as vendas de bebidas (inclusive alcoólicas), cigarros e cosméticos, caíram em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto os serviços de alimentação cresceram em ritmo mais lento, pressionando o consumo geral.

O consumo contribuiu com pouco mais de 52% para o crescimento econômico no segundo trimestre, segundo a Agência Nacional de Estatísticas, respondendo por uma parcela maior em relação ao começo de 2025, mas menor que a de um ano atrás, de 60%.

O deflator do **PIB** - uma medida ampla dos preços na economia - caiu pelo nono trimestre consecutivo, estendendo a sequência mais longa desde que os dados começaram a ser compilados em 1993.

"A economia manteve um crescimento estável com um bom ímpeto, demonstrando forte resiliência", disse a Agência, alertando que "há muitos fatores instáveis e incertos" no exterior, enquanto a demanda interna é "insuficiente".

Apesar de uma queda de 24% nas remessas para os EUA no segundo trimestre, as exportações em geral ainda aumentaram, enquanto o estímulo fiscal estimulou a demanda interna e a construção.

Essa resiliência dá a Pequim um fôlego para preparar uma nova resposta política caso as tensões comerciais com os EUA voltem a aumentar quando a trégua tarifária atual terminar, em agosto.

Analistas consultados pela Bloomberg preveem que o crescimento do **PIB** recuará para 4,6% este ano, significativamente abaixo da meta oficial de cerca de 5%.

Os subsídios governamentais, financiados pela venda de títulos soberanos especiais de prazo ultralongo, têm sido fundamentais para impulsionar as compras de smartphones e eletrodomésticos, além do investimento das empresas em novos equipamentos.

O governo central e as autoridades locais ainda têm mais de 7 trilhões de yuans (US\$ 976 bilhões) em títulos que serão emitidos no segundo semestre para ajudar a impulsionar o crescimento, de acordo com a imprensa estatal.

Olhando para frente, a economia chinesa ainda enfrenta desafios que incluem o risco de desaceleração das exportações em meio a incertezas com as tarifas do presidente dos EUA, Donald Trump.

A demanda interna permanece frágil, pressionada por forças deflacionárias decorrentes do excesso de capacidade industrial e pela confiança fraca, enquanto

o setor imobiliário segue em contração.

"A deflação continua sendo a principal ameaça", diz Raymond Yeung, economista-chefe da Austrália New Zealand Bank Group para a China. "As vendas fracas no varejo e os dados imobiliários fracos sugerem que quaisquer esforços pontuais, como subsídios, não são uma receita para uma recuperação sustentável do consumo."

"Não é um bom conjunto de dados, apesar de superar expectativas" Michelle Lam

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250716/>

IA, ambiente e apetite privado são destaques

Inaldo Cristoni *Para o Valor, de São Paulo*

A agenda ambiental ganha relevância como requisito na contratação de obras de infraestrutura e transporte, assim como para atração de novos atores que buscam oportunidades de investimentos e para ampliação do ecossistema de financiamento dos projetos. Trata-se de uma das tendências emergentes que im-pactarão o setor nos próximos anos, ao lado de inovação tecnológica e aperfeiçoamento das concessões e das parcerias público-privadas (PPP), identificadas por empresas de consultoria.

Projetos alinhados à "infraestrutura verde", que equilibrem retorno financeiro com sustentabilidade ambiental, têm sido uma exigência das empresas interessadas em investir no setor, diz Tatiana Gruenbaum, sócia-di-retora líder do segmento de infraestrutura da KPMG. Estudos da consultoria destacam o potencial da descarbonização e da transição energética para atração de recursos financeiros.

Resiliência da infraestrutura existente é outra tendência com potencial para despertar o interesse para o desenvolvimento de projetos. Como os ativos atuais não estão preparados para lidar com eventos climáticos extremos, aportes expressivos terão que ser feitos para adequá-los à nova realidade climática, afirma Paulo Uebel, sócio-líder para governo e setor público da consultoria EY Brasil.

A inovação tecnológica surge como aliada para projetos alinhados à "infraestrutura verde". Segundo Fernanda Talfenbach, sócia-líder de infraestrutura e capital projects da Deloitte, a inteligência artificial (IA) tende a ser incorporada para melhorar desde a concepção até a operação dos ativos, enquanto a tecnologia de gêmeos digitais - representação virtual do ambiente físico - permite simular a fase de planejamento de projetos e sistemas preditivos avançados podem auxiliar decisões. "Você consegue ter acesso a dados históricos para tomar decisões de manutenção que antecipam possíveis riscos de colapsos do ativo", diz.

Os investimentos em infraestrutura cresceram nos últimos anos, assim como a participação

de novos entrantes nos leilões, como resultado do esforço de estruturação das concessões e de captação de recursos financeiros. Mas os aportes, que representam em torno de 2% do **PIB**, que ainda estão

aquém das necessidades do país, diz Gruenbaum, da KPMG, citando um estudo do Banco Mundial que aponta um país emergente precisa investir cerca de 5% a 7% do **PIB**.

O Brasil experimentou também uma evolução dos investimentos privados, que saltaram de R\$ 123,6 bilhões em 2020 (de um total de R\$ 158,6 bilhões) para 212,1 bilhões no ano passado (de um total de R\$ 260,6 bilhões), segundo a Associação Brasileira da Infraestrutur-a e Indústrias de Base (Abdib). A iniciativa privada deve responder por cerca de 70% do montante de

R\$ 277,9 bilhões previsto para este ano, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O aperfeiçoamento das concessões e das PPPs é apontado como principal responsável pelo aumento da participação da iniciativa privada - muitas vezes por meio de consórcios entre empresas nacionais e fundos de investimento estrangeiros - nos projetos de infraestrutura. "Os contratos são mais elaborados e colaborativos, o permite uma melhor visualização do retorno e que traz segurança jurídica", diz Talfenbach, da Deloitte.

A multiplicidade de agentes de financiamento é outra tendência que deve impactar o setor nos próximos anos. O BNDES tem sido umas fontes de recursos para projetos sustentáveis, ao lado de outras instituições públicas e do orçamento da União. A avaliação, contudo, é que há oportunidade para maior participação do mercado de capitais nos financiamentos. As captações podem ser feitas também no exterior, por meio de instrumentos como debêntures de infraestrutura e green bonds. "É possível contar com uma cesta de financiamento de projetos de infraestrutura", assinala Uebel, da EY Brasil.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250716/>